

Teorias do Significado e Algumas Objeções

Theories of Meaning and Some Objections

Paulo H. S. Costa – Universidade Federal de Minas Gerais¹

Resumo: É o significado uma propriedade ideacional? Ou seria uma propriedade proposicional? Estas duas questões marcam a diferença entre duas importantes teorias clássicas do significado, a saber, a ideacional e a proposicional. A teoria ideacional do significado afirma que o significado das palavras são ideias particulares presentes à mente. John Locke, no Livro III de *An Essay Concerning of Human Understanding* (1689) apresenta alguns pontos a favor desta posição. Já a teoria proposicional do significado afirma que o significado é uma propriedade da proposição e não de palavras tomadas isoladamente. Neste artigo, portanto, pretende-se avaliar estes respectivos pontos e apresentar algumas objeções à teoria ideacional do significado.

Palavras-Chave: Ideia, Proposição, Significado.

Abstract: Is meaning an ideational property? Or would it be a propositional property? These two issues set the difference between two important classical theories of meaning, namely, ideational and propositional. The ideational theory of meaning claims that the meaning of words are special ideas present in the mind. John Locke, in Book III of *An Essay Concerning Human Understanding* (1689) presents some points in favor of such position. The propositional theory of meaning, on the other hand, claims that the meaning is a property of the proposition and not of words alone. In this essay, therefore, it is aimed to evaluate these respective positions and to present some objections to the ideational theory of meaning.

Keywords: Ideas, Meaning, Proposition.

1. Significado: Teorias do Significado

A filosofia da linguagem é um ramo complexo e extenso da filosofia, além de não consensual. Sua natureza não consensual se nota mesmo com relação a uma questão, a princípio, relativamente simples, por exemplo: qual é a tarefa da filosofia da linguagem?

¹ Mestrando em Lógica e Filosofia da Ciência pela UFMG, e-mail: paulohscostabicalho@gmail.com.

Dentre as possíveis respostas à questão, naturalmente se aponta, ao menos de forma consensual, o estudo linguístico do significado (DAVIES, 2006²). Contudo, duas questões depreendem dessa caracterização inicial:

- 1- “O que são estes ‘significados’?” (2006, p. 1);
- 2- “Que tipo de ‘estudo’ nós temos em mente?” (*ibidem*).

Referente à questão um (1), o candidato inicial ao conceito ‘significado’, o qual é inicialmente sugerido pelo estudo da filosofia da linguagem, são as *expressões linguísticas*. Basicamente porque expressões linguísticas têm a capacidade de comunicar mensagens, isto é, informações simples e complexas. Entretanto, como reitera Davies (2006, p. 2), nós não podemos simplesmente identificar significado como mensagem, isto porque qualquer sentença que expressa uma mensagem em particular pode ser usada para comunicar diferentes mensagens, e em diferentes ocasiões. Dessa forma, o termo ‘significado’, entendido inicialmente como uma expressão que vincula mensagens, não descreve todas as propriedades que comumente reconhecemos como pertencentes ao significado, a saber, caráter público, analiticidade, referência, etc.

Apesar desse problema, ainda podemos pensar no significado de forma literal. O estudo da forma literal do significado é chamado de *semântica*. Assim, a questão dois (2), em relação ao significado em sua forma literal (semântica), é estudada em dois sentidos (DAVIES, 2006, p. 19): por uma semântica empírica ou *a priori*. Estas duas abordagens correspondem ao que atualmente em filosofia da linguagem se chama de antireducionismo e reducionismo³. Antireducionismo é a posição segundo a qual o estudo da teoria semântica se desenvolve independentemente da ciência⁴. E, reducionismo é a posição segundo a qual o estudo semântico e a semântica se reduzem, em certo modo, à ciência empírica cognitiva⁵.

Neste texto iremos apresentar a partir desse debate duas teorias do significado distintas. Precisamente, a teoria ideacional do significado de J. Locke (1689) e a teoria

² DAVIES, Martin. Foundational Issues in The Philosophy of Language. In: *The Blackwell Guide to the Philosophy of language*. Edited by Michael Devitt and Richard Hanley. New York: Blackwell Publishing, 2006, pp.19-40.

³ HORWICH, Paul. The Nature of Meaning. In: *The Blackwell Guide to the Philosophy of language*. Edited by Michael Devitt and Richard Hanley. New York: Blackwell Publishing, 2006, pp.43-45.

⁴ Davies (2006, p.1): “Someone who supposes, as many do, that philosophy is entirely *a priori*, will think that semantic theorizing can go on independent of any science”.

⁵ “At the other extreme, naturalistically inclined philosophers will think that semantic reduces to empirical cognitive science” (*Ibidem*, p.1).

proposicional do significado, que inclui, L. Wittgenstein (1921), G. Frege (1892), B. Russell (1918). Assim, conforme Tanesini (2007):

Significado, teorias do: A teoria do significado para uma linguagem é uma teoria que atribui a cada expressão na linguagem o seu significado literal. [...] Filósofos tem adotado diferentes abordagens. Mas, deve-se notar também que muitas teorias filosóficas atuais do significado não pressupõem um compromisso com a existência de coisas chamadas ‘significados’. E isto pelo fato de negarem a existência de tais entidades. [...] As teorias filosóficas do significado podem ser agrupadas sob os seguintes títulos: a teoria ideacional (segundo Locke, os significados são idéias na mente); a teoria pictórica (segundo o primeiro Wittgenstein, sentenças são imagens de fatos com os quais eles compartilham uma forma) [...] semântica das condições-verdade (segundo Frege, os valores de verdade de sentenças dependem da referência ou denotação de suas partes significativas (pp. 96-97).⁶

Embora Locke reconheça o significado das palavras como ideias particulares presente à mente, ainda sim, esta postura não parece ser reducionista, ou seja, uma tentativa de reduzir significado à ideia. A sua teoria expressa apenas, de modo pontual que, palavras são *marcas* de ideias e estas ideias sugerem estados mentais, que por sua vez sugerem estados do mundo (experiência). Por outro lado, naturalmente se reconhece Frege, Wittgenstein e Russell como autores reducionistas, em certo sentido, ao se aproximarem de uma abordagem científica da linguagem como meio efetivo de descrever propriedades cognitivas inerente à linguagem. Isto é visto em suas respectivas teorias, a saber, a teoria pictórica de Wittgenstein; a teoria do sentido e referência de Frege; e a teoria do atomismo lógico de Russell. Contudo, neste artigo não iremos buscar explorar de modo pormenorizado estas respectivas teorias e sim pontuar, de modo bastante genérico, quais foram os avanços consensuais que essas teorias ofereceram para a teoria proposicional do significado, sobretudo como alternativa à teoria ideacional.

2. Locke: Teoria do Significado Ideacional

⁶ TANESINI, Alessandra. *Philosophy of Language A-Z*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007, pp.96-97. Original: “Meaning, theories of: A theory of meaning for a language is a theory that attributes to each expression in the language its literal meaning. [...] Philosophers have adopted numerous approaches. It should be noted that many current philosophical theories of meaning do not presuppose a commitment to the existence of things called ‘meanings’. As a matter of fact most contemporary theorists of meaning deny that there are such entities. [...] Philosophical theories of meaning can be grouped under the following headings: the ideational theory (Locke’s view that meanings are ideas in the head); the picture theory (the early Wittgenstein’s view that sentences are pictures of facts with which they share a form) [...] truth-conditional semantics (including Frege’s account of how the truth-values of sentences depend on the reference or denotation of their meaningful parts (pp. 96-97).” [Tradução nossa].

John Locke (1632-1704) em seu *An Essay Concerning of Human Understanding*⁷, Livro III, *of Words*, expõe uma teoria do significado, ou tese linguística (OTT, 2004)⁸, conhecida posteriormente como teoria do significado ideacional ou teoria mentalista⁹. Esta teoria afirma que o significado das palavras são ideias particulares presente à mente¹⁰.

Palavras, em seu significado primário e imediato, nada significam senão as ideias na mente de quem as usam, por mais imperfeita e descuidadamente que estas ideias sejam apreendidas das coisas que elas supostamente representam. [...] Estas palavras, então, são as marcas das ideias de quem fala; ninguém pode aplicá-las como marcas, imediatamente, a nenhuma outra coisa exceto às ideias que ele mesmo possui, já que isso as tornaria sinais de suas próprias concepções (LOCKE, 1978, p. 223)¹¹.

Assim, em Locke, as palavras parecem possuir inicialmente duas características:

- i) O significado das palavras são ideias;
- ii) E ideias são particulares.

Contudo há algumas divergências interpretativas quanto à tese. A primeira sugere que o termo ‘ideia’ incorre em uma abordagem idealista; a segunda, ora assume que os objetos exteriores à apreensão sensível (sensação) possuem qualidades e estas qualidades fomentam as ideias presente no entendimento; ou, ora assume que embora os objetos exteriores possuam qualidades, tais qualidades só são identificadas ou reconhecidas pela apreensão sensível (sensação) (OTT, 2003, p. 8).

As divergências surgem basicamente a partir de três pontos:

- 1 – O uso das palavras, então, é serem marcas sensíveis de idéias, e as idéias que representam, são a sua própria e imediata significação;
- 2 - Palavras, tal como são usadas por homens, significam adequada e imediatamente nada, apenas às idéias que estão na mente de quem fala;

⁷ O ensaio em questão foi originalmente publicado em 1689. Neste artigo, utilizamos a versão inglesa: LOCKE, John. *An Essay Concerning of Human Understanding*. Edited by Peter H. Nidditch. New York: Oxford University Press, 1999. Para fins de citação direta no corpo do texto, utilizamos também a tradução publicada em língua portuguesa, cuja referência completa se encontra nas referências bibliográficas.

⁸ OTT, Walter. *Locke's Philosophical of Language*. New York: Cambridge University Press, 2003.

⁹ A Teoria ideacional do significado de Locke é uma variação da teoria mentalista do significado e se apóia na tese, segundo a qual, o significado das palavras representam estados mentais – ideias. Cf. STANFORD, E. F. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/meaning/>. Acesso dia 24 de Janeiro de 2014.

¹⁰ Tanesini (2007, p. 98): “Meaning, ideational theory of: The view held by some early modern philosophers, like Locke, that the meanings of words are ideas in the mind.”

¹¹ Original: “Words, in their primary or immediate signification, stand for nothing but the ideas in the mind of him that uses them, how imperfectly so ever or carelessly those ideas are collected from the things which they are supposed to represent. [...] That then which words are the marks of are the ideas of the speaker: no can any one apply them as marks, immediately, to anything else but the ideas that he himself hath: for this would be to make them signs of his own conceptions” (LOCKE, 1999, p. 390).

3 - [Palavras] Significação [em seu principal uso] ... é restrito às suas idéias, e elas podem ser sinais de mais nada¹² (OTT, 2003, p.7).

A primeira interpretação afirma que palavras seriam marcas de ideias e estas ideias seriam obtidas pela experiência sensível. Por conseguinte, as palavras representariam tão somente os estados mentais (ideias). Assim, o mundo exterior, isto é, os objetos, só seriam acessíveis epistemicamente pelos sentidos e as ideias seriam o resultado desta experiência. Porém, estas ideias não seriam epistemicamente acessíveis a outras mentes. Por isso, para Locke, a linguagem – precisamente, as palavras – representaria as ideias particulares presente à mente. Basicamente porque palavras são públicas, ideias não. Esta interpretação é conhecida como semântica psicológica ou semântica idealista e seu maior problema é que ao sustentar que palavras referem-se a ideias, esta posição incorre invariavelmente em uma semântica idealista e, portanto, o termo ‘significação’ incorre igualmente em uma ontologia idealista. Isto porque, a relação semântica que se estabelece entre as palavras e as coisas do mundo seriam necessariamente mediadas pelos estados mentais (ideias). Naturalmente a principal objeção a essa interpretação seria a obrigatoriedade de se explicar como é que poderia ser assegurado a objetividade da experiência – das ideias extraídas – e a objetividade da significação.

Uma alternativa à semântica idealista, como aponta Ott (2003, pp.8-9) se referindo ao trabalho de Kretzmann, seria a adoção de uma posição realista. Esta posição foi sugerida a partir da distinção entre o termo ‘primário’ e o termo ‘imediato’. Assim, o que é primário, as qualidades, são as propriedades dos objetos e tais qualidades são imediatamente apreendidas pela experiência. Nesse sentido, a interpretação de Ott direciona a tese epistêmica de Locke (como apreendemos ideias?) para a tese semântica (como que as palavras ao serem marcas de ideias significam coisas do mundo?). Kretzmann assume essa posição ao sugerir que as qualidades as quais a apreensão se reporta não se restringem ao acesso epistêmico ao estado mental que o significado vincula, mas sim ao significado exterior que é descrito pelo sentido e referência da palavra¹³.

¹² Ott (2003, p.7): “1 – The use then of Words, is to be sensible Marks of Ideas, and the Ideas they stand for, are their proper and immediate Signification; 2 – Words, as they are used by Men, on properly and immediately signify nothing but ideas that are in the Mind of the speaker; 3 – [Words] Signification [in a mains use of then]... is limited to his Ideas, and they can be Signs of nothing else”. [Tradução nossa].

¹³ Locke (1978, p. 224): “as palavras significam também a realidade das coisas”.

Desse modo, a argumentação realista de Kretzmann, segundo Ott, sustenta que possa haver uma forte conexão entre a visão epistemológica e semântica de Locke, de modo que, ter ideia de x é informar y . Logo, para qualquer proposição p , que expressa um estado mental q , tem-se que p , ao expressar q , expressa além de um estado mental, um estado de coisa no mundo.

Qualquer sucesso do uso de x para indicar imediatamente y (onde y não é uma ideia particular minha) pressupõe que para que eu tenha uma idéia de y , para dizer que x poderia significar imediatamente y , teria que dizer que eu poderia usar x para significar y sem ter uma idéia de y , o que seria impossível (KRETZMANN *apud* OTT, 2003, p. 11).¹⁴

Outra alternativa à interpretação semântica idealista é precisamente a posição de Ott (2006, pp.21-28), que segue em parte a abordagem realista, mas possui uma importante distinção. Nessa interpretação, as qualidades primárias não são exteriores à apreensão sensível (sensação) e sim conjunta à apreensão. Logo, qualquer apreensão imediata, possui como referência direta, a respectiva qualidade que é apreendida. O ponto positivo desta posição é que ela não sugere uma ontologia fundacional. Desse modo, palavras compreendidas como *marcas* de ideias particulares, diz mais precisamente que, palavras, quando usadas, se reportam a ideias, e essas ideias se restringem ao modo como a apreensão (sensação) as extraem. Posição similar à Locke que assume que é na apreensão (sensação) que as qualidades se mostram simples e, por isso, a ideia formada por cada apreensão é igualmente simples. Desse modo:

Primeiro, nossos sentidos, familiarizados com os objetos sensíveis particulares, levam a mente várias e distintas percepções das coisas, segundos os vários meios pelos quais aqueles objetos os impressionaram. Recebemos, assim, as ideias de amarelo, branco, quente frio, mole, duro, amargo, doce e todas as ideias que denominamos de qualidades sensíveis. Quando digo que os sentidos levam para a mente, entendo com isso que eles retiram dos objetos externos para a mente o que lhes produziu estas percepções¹⁵ (LOCKE, 1978, p. 159).

¹⁴ Kretzmann *apud* Ott: “Since any successful use of x to immediately signify y (where y is not an idea of mine) presupposes that I have an idea of y , to say that x could immediately signify y would be to say that I could use x to signify y without having an idea of y , which is impossible” (2003, p. 11). [Tradução nossa].

¹⁵ Original: “First, our Senses, conversant about particular sensible objects, do convey into the mind several distinct perceptions of things, according to those various ways wherein those objects do affect them. And thus we come by those ideas we have of yellow, white, heat, cold, soft, hard, bitter, sweet, and all those which we call sensible qualities; which when I say the senses convey into the mind, I mean, they form external objects convey into the mind what produces there those perceptions” (LOCKE, 1999, p. 87).

A tese de Ott parece mais condizente com a tese inicial sugerida por Locke, por dois motivos: primeiro, porque assegura que ideias são particulares e que as palavras são marcas destas ideias (estados mentais); segundo, porque assegura que a objetividade das ideias está ligada à apreensão (sensação) e, portanto, a objetividade da semântica está também, em parte, restrita à apreensão¹⁶.

Ademais, há uma terceira característica das palavras, chamada por Locke de:

iii) Termos Gerais.

Termos gerais são palavras que implicam generalização e a maioria das palavras são termos gerais (LOCKE, 1978, p, 226). No capítulo III, Locke ainda admite que é impossível que cada coisa particular tenha um nome.

Não basta, para a perfeição da linguagem, que os sons possam ser transformados em sinais de ideias, a menos que esses sinais possam ser usados para compreender várias coisas particulares; pois a multiplicação de palavras confundiria seu uso, se cada coisa particular tivesse a necessidade de um nome distinto para ser enunciada. Para remediar este inconveniente, a linguagem passou por outro aperfeiçoamento pelo uso de *termos gerais*, pelos quais uma palavra era formada para indicar uma multidão de existências particulares. Obtinha-se um uso vantajoso dos sons apenas por diferenciar ideias por eles indicadas, tornando-se esses nomes gerais, que foram formados para indicar *ideias gerais*, as quais permanecem particulares, onde as ideias para as quais são usadas são *particulares* (*ibidem*, p. 221)¹⁷.

Embora Locke admita a existência de termos gerais, disso não se segue que a característica ‘ii’ das palavras, isto é, de que as ideias são particulares, esteja errada. Isto porque, os termos gerais expressam ideias gerais, mas essas ideias gerais foram extraídas de uma experiência particular. Afinal, ideia é sempre ideia de alguma coisa. A questão é que diferentemente das ideias simples, as ideias gerais são construídas. Logo, os termos gerais são igualmente construções. Esta postura nominalista de Locke define que: i) o termo geral e universal é uma construção do entendimento humano; ii) não é possível ter experiência de

¹⁶ Além disso, Locke reitera que não há nenhuma ligação necessária entre ideia e palavra: [...] não por qualquer conexão natural que existe entre determinados sons articulados e determinadas ideias, pois nesse caso existiria apenas uma linguagem entre todos os homens, mas por uma imposição voluntária, mediante a qual se faz com que uma palavra seja, arbitrariamente a marca de uma determinada ideia (LOCKE, 1978, p. 225).

¹⁷ Original: “It is not enough for the perfection of language, that sounds can be made signs of ideas, unless those signs can be so made use of as to comprehend several particular things: for the multiplication of words would have perplexed their use, had every particular thing need of a distinct name to be signified by. To remedy this inconvenience, language had yet a further improvement in the use of general terms, whereby one word was made to mark a multitude of particular existences: which advantageous use of sounds was obtained only by the difference of the ideas they were made signs of: those names becoming general, which are made to stand for general ideas, and those remaining particular, where the ideas they are used for are particular” (LOCKE, 1999, p. 387).

algo que tenha a propriedade geral e universal. Dessa forma, as palavras são termos gerais somente quando expressam ideias gerais, mas estas ideias gerais são, em sua gênese, apenas particulares, ou seja, foram extraídas de uma existência singular. Locke diz isso da seguinte forma: “nomes gerais, que foram formados para indicar *ideias gerais*, as quais permanecem particulares, onde as ideias para as quais são usadas são *particulares*” (1978, p. 221)¹⁸.

3. Objeções

As objeções aqui expostas¹⁹ representam objeções às três características das palavras apresentadas pela teoria ideacional do significado em Locke, a saber:

- i) O significado das palavras são ideias;
- ii) Ideias são particulares;
- iii) Termos Gerais.

3.1 Palavras que não possuem uma imagem mental.

Que tipo de entidade é a ideia? Locke apontou para a direção segundo a qual ideias são o objeto do entendimento humano e, portanto, extraídas da experiência – sensação e reflexão. Dessa forma, apontou igualmente que palavras são *marcas* exteriores de ideias. Assim, ideias seriam imagens mentais de estados mentais. Entretanto, um problema pode ser depreendido dessa posição, isto porque imagens mentais são consideravelmente mais pormenorizadas do que significados (HORWICH, 2006, p. 43). Conforme reitera Stewart ([2014?], p. 67) “uma imagem de um cão não é apenas, genericamente, de um cão, mas de um cão de um formato e

¹⁸ Locke (1999, p. 387): “[...] those names becoming general, which are made to stand for general ideas, and those remaining particular, where the ideas they are used for are particular”.

¹⁹ Cohen Stewart, professor da Universidade do Arizona, em seu site particular, apresenta cinco teorias tradicionais do significado e suas respectivas objeções. As objeções presente nesse texto, seguem de modo geral, as objeções descritas por Stewart. Cf. Disponível em: <http://www.stew-cohen.com/storage/meaning.pdf>. Acesso em 4 de Julho de 2014. E também as objeções apresentadas por Tanesini (2007, p. 98): “First, some ideas concern abstract notions for which no picture is forthcoming. Second, ideas cannot resemble in all respects what they are about. For instance, objects have weight and mass but ideas do not. The view requires that ideas resemble in all respects what they represent. Finally, and more seriously, as Wittgenstein has argued, merely having ideas in the mind cannot be what understanding the meaning of language is about.”

dimensão particulares”²⁰. Um candidato melhor à entidade ideia poderia ser um ‘conceito’. Desse modo, qualquer palavra evocaria não uma ideia pontualmente restrita, mas um conceito. Contudo, a independência criada entre conceito e significado não permitiria à teoria ideacional sustentar que palavras são marcas de ideias.

Ademais, outro problema que depreende da noção de palavra como marca de ideia é: se o significado das palavras são ideias, então toda palavra possui uma ideia por detrás de seu significado? Este problema já era conhecido pelos medievais com o nome de *sin-categoremata* ou *sin-categoremáticos*²¹, em que para:

[...] aplicar-se a palavras como as conjunções, que eram consideradas como não representando coisa alguma e, por conseguinte, desprovidas de significação ‘em isolamento’. Eram as unidades linguísticas que sobravam depois da distribuição de tudo o que podia ser atribuído às dez “categorias” aristotélicas, uma classificação de termos feita por Aristóteles. Assim, os remanescentes eram termos empregados unicamente *com* (sin – categoremáticos) as categorias (ALSTON, 1977, p. 32).

Afinal, se para Locke toda ideia simples ou complexa provêm da experiência (sensação e reflexão), então toda ideia é uma experiência particular. E isso se aplica às ideias complexas e às abstrações de um modo ou de outro, uma vez que elas se restringem às ideias simples. Entretanto, dizer que há imagens mentais de termos sem referência, implicaria perguntar: que tipo de experiência, ou coisa, são as preposições? A posição de Locke em relação a essa questão seria de que, se são ideias as preposições, então estes termos seriam fruto da experiência em algum nível.

O problema é que a objeção acima a respeito da questão: “se o significado das palavras são ideias, então toda palavra possui uma ideia por detrás de seu significado?”, é uma objeção fraca. Isto porque Locke define que as ideias complexas são associações e, dessa forma, as preposições também o são. A questão, contudo, não parece estar em pensar se toda palavra possui um significado, mas sim, pensar se toda palavra remete ou evoca de fato alguma ideia. Assim, a pergunta que se faz é: que espécie de ideia é remetida ou evocada pela preposição? Esta mesma ideia pode ser um termo geral? Pode um conjunto de falantes compartilharem esta ideia?

²⁰ STEWART ([2014?], p. 67): “An image of a dog is not just, generically, of a dog, but of a dog of some particular shape and size”. [Tradução nossa].

²¹ Atualmente em filosofia da linguagem estes termos são tratados com o nome de indexicais. Cf. PERRY, John. Using Indexicals. In: *The Blackwell Guide to the Philosophy of language*. Edited by Michael Devitt and Richard Hanley. New York: Blackwell Publishing, 2006, p. 314.

A objeção forte às características ‘i’ e ‘ii’ das palavras é que a teoria ideacional define que toda ideia é particular e, por conseguinte, que toda ideia ou estado mental diz de momentos particulares do tempo e da experiência de quem as fala. Conforme pontuado por Stewart: "O que é característico das teorias ideacionais como eu estou usando o termo é que os estados mentais em questão são estados atuais de determinadas pessoas em determinados momentos" ([2014?], p.67)²².

Logo, só há dois caminhos para que isto esteja correto dentro da teoria ideacional do significado: i) ou todos os falantes de uma mesma comunidade possuem a mesma ideia – experiência – ao mesmo tempo; ii) ou a linguagem, enquanto termo geral, deve ser capaz de tornar ideias – isto é, significado de palavras – em experiências particulares. Alston (1977), elucida esta questão da seguinte forma:

Para cada expressão linguística ou, melhor, para cada sentido discernível de uma expressão linguística, teria de haver uma ideia tal que, quando qualquer expressão fosse usada nesse sentido, o fosse como indicação da presença dessa ideia. Isso significa, presumivelmente, que sempre que uma expressão for usada nesse sentido, 1. A ideia deve estar presente no espírito de quem fala e 2. A pessoa que fala deve estar apresentando a expressão com o fim de levar o seu ouvinte a constatar que a ideia em questão está em sua mente naquele momento. Finalmente, 3. À medida que a comunicação for bem sucedida, a expressão terá de invocar a mesma ideia na mente do ouvinte, com análogas limitações quanto a uma expressão “irrefletida” do que está sendo dito que possa ser mantida em algumas, mas não em todas as ocasiões (pp.45-6).

3.2 O termo ideia não representa imagens mentais e sim conceitos abstratos.

Pode-se tentar salvar a teoria ideacional do significado dizendo que o termo ‘ideia’ não representa ideias efetivas, mas ideias possíveis, o que, inclusive a maioria dos comentadores assumem²³. Dessa forma, as palavras não correspondem a ideias particulares, mas a ideias possíveis e abstratas. Entretanto, disso não se segue que a teoria ideacional não se comprometa minimamente com o conteúdo da ideia, ou seja, com a sua experiência.

²² STEWART ([2014?], p. 67): “What is characteristic of ideational theories as I am using the term is that the mental states in question are actual states of particular people at particular times”. [Tradução nossa].

²³ Cf. STEWART ([2014?], p. 67).

3.3 Significado é público e há sentenças significativas que não expressam estados mentais, ou ideias.

Por fim, a última objeção à teoria ideacional é em relação ao caráter público do significado, ou seja, embora as ideias sejam de fato particulares e restritas temporalmente à mente, o significado evocado pelas palavras não o são. Superar este problema implica em tentar explicar o modo como a palavra ‘cão’, por exemplo, pode ao mesmo tempo evocar o mesmo significado e remeter a imagens mentais distintas. Além disso, há sentenças significativas que não expressam estados mentais, quais sejam, sentenças extensas (e aleatoriamente construídas), sentenças em outra língua (sobretudo, desconhecida pelo ouvinte), etc.

Como consequência a estas objeções, a crítica à teoria ideacional do significado se restringe a dois pontos: primeiro, a teoria ideacional admite a palavra como a menor unidade significativa da linguagem; e, segundo, ao admitir a palavra como unidade significativa, assume-se tal entidade como uma entidade particular, isto é, como ideias particulares presente à mente. Nesse sentido, reduzir, em parte, o significado à ideia é assumir a difícil tarefa de precisar pontualmente que tipo de entidade é a ideia.

4. Teoria Proposicional do Significado

Uma possível solução²⁴ ao problema posto pela teoria ideacional do significado foi apresentada de maneira mais sistemática pela teoria proposicional do significado a partir dos trabalhos de G.Frege, L. Wittgenstein e B. Russell²⁵. E diz precisamente que embora a ideia ou estado mental seja de fato algo particular, o significado não é. Ou seja:

²⁴ Cf. MILLER, Alexandre. *Um passeio pelas teorias do significado*. São Paulo: Paulus, 2010.

²⁵ Frege, Russell, Moore e Wittgenstein pensaram de forma em parte distinta, o papel desempenhado pela proposição. Por isso, em Frege, por exemplo, não é possível dizer que seu interesse era a busca pelo fundamento da proposição e, portanto, dar uma resposta à teoria ideacional, mas sim, pensar o papel semântico que a proposição assume, quando se adota as entidades semânticas: referência (significado) e sentido. Já Moore, Russell e Wittgenstein pensaram de maneira mais sistemática o problema do fundamento da proposição. Contudo, neste artigo não iremos buscar explorar de modo pormenorizado as respectivas teorias e, sim pontuar, de modo bastante genérico, quais foram os avanços consensuais que essas teorias ofereceram para a teoria proposicional do significado, sobretudo como alternativa à teoria ideacional.

As entidades mentais dependem das mentes nas quais são inerentes; um estado mental tem de ser o estado mental de alguém, um estado da mente de uma pessoa particular em um momento particular do tempo. Já as proposições são inteiramente gerais e, se quiser, eternas (STEWART, [2014?], p. 68)²⁶.

Dessa forma, a teoria proposicional do significado separa a noção de ‘ideia’ da noção de ‘significado’.

- i) Ideias são particulares;
- ii) O significado não.

Assim, se ideias são particulares e o significado das palavras não o são, então o significado não assume um *status* particular e, tampouco, se restringe à unidade da palavra. É esta inclusive a principal objeção da teoria proposicional do significado à teoria ideacional do significado, ou seja, o significado é uma entidade semântica abstrata, cuja unidade mínima não é a palavra, mas sim, a proposição²⁷. Tal objeção, segundo o princípio da composibilidade de sentenças (HORWICH, 2006)²⁸, define que o significado de uma sentença é definido em razão da composição das palavras que constituem a sentença²⁹. Portanto, em razão de uma estrutura sintática³⁰.

Ao assumir o papel da estrutura sintática, a teoria proposicional do significado define que o conceito ‘ideia’ não designa o objeto particular do entendimento, mas o todo da proposição. Disso se segue na teoria proposicional do significado que, a proposição possui duas entidades semânticas, a saber, a) referência (ou significado)³¹ e b) sentido. Além disso,

²⁶ STEWART ([2014?], p. 68): “Mental entities depend upon the minds in which they inhere; a mental state has to be somebody’s mental state, a state of some particular person’s mind at a particular time. Propositions are entirely general and, if you like, eternal”. [Tradução nossa].

²⁷ Wittgenstein (2008, p. 153), chama esta propriedade de Princípio do Contexto, na proposição 3.3: “só a proposição tem sentido; é só no contexto da proposição que um nome tem significado”. E, RUSSELL. B. Filosofia da Atomismo Lógico. In: Ensaios Escolhidos. Trad. Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1978, pp.53-125.

²⁸ HORWICH, Paul. Theory of Meaning. In: In: *The Blackwell Guide to the Philosophy of language*. Edited by Michael Devitt and Richard Hanley. New York: Blackwell Publishing, 2006, pp. 47-49.

²⁹ “The meaning of a sentence is determined by the meanings of the words that constitute it and by the way those are put together, by the syntactic structure of the sentence” (*ibidem*)”

³⁰ Um desdobramento natural desse princípio foi à elaboração do método verificacional do significado, o qual pretendia reduzir o significado ao referente.

³¹ Alguns autores que aceitam a teoria proposicional do significado não admitem a referência como algo similar ao significado. Esta postura é essencialmente a postura da Frege (1892). Entretanto, esta questão é complexa e exige uma discussão pormenorizada. Via de regra, pode-se entender apenas que: referência assume duas propriedades, ou é a condição de verdade de uma proposição, ou é o significado evocado por alguns termos, como os nomes próprios. De forma similar, pode-se entender o significado, como aponta Alston (1977), se referindo confusamente ao significado das palavras, ou ao significado da proposição como um todo. Essa segunda propriedade é hoje mais conhecida como o problema do sentido da proposição.

conforme Frege, Wittgenstein e Russell, o significado de uma sentença é definido em razão de suas condições de verdade (*truth-conditions*). Segundo Horwich:

A ideia é que o significado de uma sentença seria explicado relacionando-o às circunstâncias sob as quais seria verdadeiro, ou explicando o que envolveria as relações referenciais de suas palavras. [...] Em primeiro lugar, as condições-verdade das sentenças serão explicadas em termos de sua estrutura sintática e em referência às palavras que se encaixam nessa estrutura; Em segundo lugar, as referências das palavras serão explicadas por teorias de referência (2006, p. 3)³².

Por conseguinte, para a teoria proposicional do significado a unidade mínima de significação é a proposição e não a palavra – crítica 1(um); entretanto, é plausível dizer que a crítica 2 (dois) é mais significativa. Isto porque, se são as proposições as unidades de significado, então proposições são independentes dos estados mentais – ideias particulares – e, relativamente independente de uma linguagem específica. Ex:

- 1- ‘A neve é branca’;
- 2- ‘The snow is white’;
- 3- ‘La neige est blanche’

Estas proposições possuem significado e sentido, precisamente extensão e intensão³³. Seu valor de verdade – se por ventura se assume uma postura correspondencial – está na correspondência entre o que é afirmado pela sentença e o estado de coisa no mundo. Ademais, estas proposições expressam a mesma proposição, a saber, “que a neve é branca”, mas de formas distintas. Assim, Stewart:

Para as sentenças S_1 e S_2 serem sinônimas S_1 e S_2 expressariam a mesma proposição. Elas são expressões linguísticas distintas – que poderiam ser diferentes expressões em uma mesma linguagem natural ou poderiam ser expressões de diferentes idiomas correspondentes. O que elas têm em comum é somente a relação de expressarem a mesma proposição ([2014?], p. 69)³⁴.

³² HORWICH (2006, p. 3): “The idea is that the meaning of a sentence is to be explained by relating it to the circumstances under which it would be true, or explanation that will involve the referential relations of its words. [...] First, the truth-conditions of sentences will be explained in terms of their syntactic structure and the references of the words that fit into those structures; Second, the references of the words will be explained by theories of reference”. [Tradução nossa].

³³ FREGE, G. Sobre o Sentido e Referência (1892). In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. 2. ed. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Edusp, 2009, pp.129-158.

³⁴ STEWART ([2014?], p. 69): “For sentences S_1 and S_2 to be synonymous is just for S_1 and S_2 to express the same proposition. They are distinct linguistic expressions – they could be different expressions in one and the same natural language or they could be corresponding expressions from different languages. What they have in common is solely that they bear the expressing relation to the same proposition”. [Tradução nossa].

Logo, para todo conjunto de sentenças denominado p que possui q como conteúdo conceitual, é possível dizer independentemente do estado mental ou de uma linguagem específica que: p é verdadeiro para q . Além disso, é possível dizer que a proposição p , pode ser expressa por qualquer proposição, desde que se conserve o mesmo conteúdo conceitual de p . Esta independência semântica entre sentido e verdade, torna o significado evocado pela sentença algo totalmente abstrato e, principalmente, passível de ser quantificável.

Considerações Finais

A teoria do significado ideacional, cuja tese se baseia na posição empirista, ou melhor, na noção empirista de ‘ideia’, enfrenta de modo geral dois problemas, isto é, a indeterminação do tipo de entidade que seria a ideia e a indeterminação do tipo de entidade que seria a significação. A posição da teoria ideacional do significado em relação a esses dois problemas foi traçar uma tríade entre ideia, palavra e significado. E incorporar a essa tríade uma noção psicológica de ideia, a saber, ideia é o estado mental que se tem de uma experiência. A questão, contudo, é que para ser plausível tal posição a teoria ideacional do significado deveria ter de sustentar dois pontos: a) como é possível saber se a ideia que um indivíduo x tem é válida, isto é, verdadeira para o enunciado que o indivíduo y afirma?; e b) como explicar a propriedade pública do significado?

Frente a esses problemas a teoria ideacional sofreu basicamente duas críticas da teoria proposicional do significado: primeiro, que o termo, ou noção, ‘ideia’ é distinto do termo, ou noção, ‘significado’ e, segundo, que não é a palavra a menor unidade significativa, mas sim, a proposição. Por conseguinte, o termo significado passou a ser tratado de maneira abstrata, ou seja, como uma propriedade da proposição e não dos estados mentais. As implicações dessa adoção foram que o portador de verdade deixou de ser uma noção psicológica – presente no termo ideia – para assumir uma posição passível de análise na proposição e, ademais, proposições passaram a ser quantificadas em razão do seu conteúdo conceitual e a serem dessa forma, atemporais.

Referências

ALSTON, Willian. *Filosofia da Linguagem*. 3. ed. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DAVIES, Martin. Foundational Issues in The Philosophy of Language. In: *The Blackwell Guide to the Philosophy of language*. Edited by Michael Devitt and Richard Hanley. New York: Blackwell Publishing, 2006, pp. 19-40.

GOTTOLB, Frege. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. 2. ed. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Edusp, 2009, pp.129-158.

HORWICH, Paul. Theory of Meaning. In: *The Blackwell Guide to the Philosophy of language*. Edited by Michael Devitt and Richard Hanley. New York: Blackwell Publishing, 2006, pp. 43-57.

LOCKE, John. *An Essay Concerning of Human Understanding*. Edited by Peter H. Nidditch. New York: Oxford Universty Press, 1999.

_____. Ensaio acerca do entendimento humano. In: *Os Pensadores*. 2. ed. Trad. Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MILLER, Alexandre. *Um passeio pelas teorias do significado*. São Paulo: Paulus, 2010.

OTT, Walter. *Locke's Philosophical of Language*. New York: Cambridge University Press, 2003.

PERRY, John. Using Indexicals. In: *The Blackwell Guide to the Philosophy of language*. Edited by Michael Devitt and Richard Hanley. New York: Blackwell Publishing, 2006, p. 314.

RUSSELL. B. Filosofia da Atomismo Lógico. In. *Ensaaios Escolhidos*. Trad. Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1978, pp.53-125.

STANFORD, E. F. *Theory of Meaning*. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/meaning/>. Acesso em: 24 de Janeiro de 2014.

STEWART, Cohen. 5 theories tradicional meaning. Disponível em: <http://www.stew-cohen.com/storage/meaning.pdf>. Acesso em 4 de Julho de 2014.

TANESINI, Alessandra. *Philosophy of Language A-Z*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007, pp.96-97.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. 3. ed. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 2008.

Submetido em: 24/07/2014

Aceito em: 15/02/2015